

PILAR SEC SECURITIZADORA S.A.

Relatório do Auditor Independente sobre as
demonstrações contábeis.

Referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.



Aponte a câmera de seu celular para a imagem acima e preencha nossa pesquisa de satisfação. Caso não compatível, obtenha um leitor de QR Code para acessar o conteúdo da imagem.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Diretores da
PILAR SEC SECURITIZADORA S.A.
Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da PILAR SEC SECURITIZADORA S.A. (Companhia), as quais compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 02 de outubro de 2025 (data de constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis supramencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com essas normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade Operacional

Chamamos atenção as Notas Explicativas nº 1 e 6, que a Companhia encontra-se em estágio pré-operacional, focada em sua estruturação e conformidade normativa. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia registrou um prejuízo líquido de R\$159.903 mil, resultando em passivo a descoberto de R\$ 159.803 mil.

Ciente da dependência momentânea de recursos externos para a manutenção de suas atividades e liquidação de obrigações, a Administração assegurou o suporte financeiro junto aos seus acionistas e partes relacionadas, que totalizou aportes de R\$ 150.621 mil no exercício. Tais recursos, classificados no passivo não circulante por não possuírem exigibilidade definida, garantem a liquidez necessária para a fase de implantação.

Com base na manifesta intenção dos sócios em manter esse suporte até a plena geração de receitas próprias, a Administração reitera a adoção do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração destas informações. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Não identificamos assuntos que consideramos como principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Outros assuntos

Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis na data-base de 31 de dezembro de 2025 da Companhia não estão sendo apresentadas de forma comparativa em decorrência de a Companhia ter sido constituída em 2 de outubro de 2025 e não ter base para comparabilidade.

Demonstração do Valor Adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao período de 02 de outubro de 2025 a 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa

demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e está consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, temos a responsabilidade de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, se aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, quando lermos o Relatório da Administração, nós concluirmos que há distorção relevante nesse relatório, temos que comunicar a questão aos responsáveis pela governança.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e os controles internos que ela determinou necessário para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Durante a elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável por avaliar a capacidade de a Companhia continuar operando; divulgar, quando aplicável, os assuntos relacionados à sua continuidade operacional; e usar essa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que pretenda liquidar a Companhia, cessar suas operações ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria com a nossa opinião. A segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, podem influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações contábeis supracitadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo do processo. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos e obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados, mas não com o objetivo de expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis, ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações

forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance dos trabalhos de auditoria planejados, da época da auditoria e das constatações significativas, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também, aos responsáveis pela governança, a declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos durante a auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que uma lei ou um regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório, porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Barueri, 31 de março de 2026.

RUSSELL BEDFORD GM
AUDITORES INDEPENDENTES S/S
2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Roger Maciel de Oliveira
Contador 1 CRC RS 71.505/O-3 "T" SP
Sócio Responsável Técnico

Eser Helmut Amorim
CRC 1SP 307.736/O – 5
Diretor

PILAR SECURITIZADORA S.A.

Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2025

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Balanco Patrimonial
Em 31 de dezembro de 2025
(em reais)

Ativo	Nota	31/12/2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	9.559
Total do Ativo		9.559
Passivo	Nota	31/12/2025
Circulante		
Salário a pagar		8.919
Provisão de férias e encargos		1.804
Obrigações sociais a pagar		8.018
Total		18.741
Passivo não Circulante		
Contas corrente com pessoas ligadas	5	150.621
Total		150.621
Patrimônio líquido		
Capital social	6	100
Prejuízo acumulado		(159.903)
Total do Patrimônio líquido		(159.803)
Total do Passivo e Patrimônio líquido		9.559

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do Resultado do Exercício
Período de 02 de outubro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de
dezembro de 2025
(em reais)

	<u>31/12/2025</u>
Despesas operacionais	
Salários e ordenados	(12.000)
Encargos sociais	(5.044)
13º Salário e férias	(2.970)
Outras despesas de pessoal	(2.906)
Despesas administrativas	(10.684)
Assessoria jurídica	(58.953)
Assessoria contábil	(7.346)
Assessoria gestão	(60.000)
	<u>(159.903)</u>
Prejuízo antes do IRPJ e da CSLL	
Imposto de renda e contribuição social	-
Prejuízo líquido do exercício	<u><u>(159.903)</u></u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do Resultado Abrangente do Exercício
Período de 02 de outubro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de
dezembro de 2025
(em reais)

Demonstração do Resultado Abrangente	<u>31/12/2025</u>
Prejuízo líquido do exercício	(159.903)
Outros resultados abrangentes	-
Resultado Abrangente Total	<u>(159.903)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Período de 02 de outubro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de
dezembro de 2025
(em reais)

	Capital	Capital a integralizar	Capita social integralizado	Prejuízos Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Início das atividades em 02/10/2025	1.000	(1.000)	-	-	-
Integralização em 10/10/2025	-	100	-	-	100
Prejuízo do exercício	-	-	-	(159.903)	(159.903)
					-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.000	(900)	100	(159.903)	(159.803)

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do fluxo de caixa -Método indireto
Período de 02 de outubro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de
dezembro de 2025
(em reais)

	31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais	
Prejuízo antes do imposto de renda e da Contribuição social	(159.903)
Variações nos ativos e passivos	
Salário a pagar	8.919
Provisão de férias e encargos	1.804
Obrigações sociais a pagar	8.018
Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais	<u>(141.162)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos	
Contas correntes com sócios para financiamento inicial das atividades	150.621
Integralização de capital	100
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	<u>150.721</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.559</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>9.559</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>9.559</u>

A empresa não apresentou valor adicionado gerado nas operações

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

PILAR SECURITIZADORA S.A.
Demonstração do valor adicionado
Período de 02 de outubro de 2025 (data da constituição da Companhia) a 31 de
dezembro de 2025
(em reais)

Demonstração do Valor Adicionado	<u>31/12/2025</u>
Geração do Valor Adicionado	Valor (R\$)
Receitas	-
Insumos adquiridos de terceiros	(136.983)
Valor Adicionado Líquido	<u>(136.983)</u>
Valor Adicionado Total a Distribuir	<u>(136.983)</u>
Distribuição do Valor Adicionado	Valor (R\$)
Pessoal	22.920
Impostos	-
Capitais de terceiros	-
Capitais próprios (Prejuízo)	<u>(159.903)</u>
Total distribuído	<u>(136.983)</u>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

1 Contexto operacional

A PILAR Securitização S.A., constituída em 02 de outubro de 2025, com sede localizada na Rua Lauro Muller nº116 sala 1905, Botafogo, CEP: 22.290.160, Rio de Janeiro/RJ, registrada no CNPJ sob o nº 63.156.899/0001-56, tem como objeto social:

a) A participação em outras sociedades, nacionais e estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais e estrangeiras;

b) A aquisição e securitização de créditos, inclusive oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de créditos imobiliários, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimos, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros;

c) A aquisição e securitização de créditos de quaisquer atividades econômicas, podendo ou não ser representados por quaisquer títulos, como duplicatas, notas promissórias, letras de câmbio, cédulas de crédito bancário, entre outros;

d) A aquisição e securitização de créditos fiscais oriundos de quaisquer pessoas jurídicas de direito público, como a União, o Distrito Federal, os Estados, os Municípios, suas autarquias, empresas públicas, fundações públicas, entre outras, e de qualquer natureza, desde que a operação seja autorizada pela legislação aplicável a cada pessoa jurídica de direito público;

e) A emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito, valor mobiliário ou ação compatível com suas atividades, respeitados os limites da legislação;

f) A Companhia encontra-se em fase pré-operacional e, no decorrer desta fase, seus acionistas cobrem as suas necessidades de caixa. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas e foram preparadas a partir do pressuposto de continuidade normal das atividades.

2 Base de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB.

A Companhia não está apresentando as demonstrações do resultado, a dos resultados abrangentes e a dos valores adicionados, para o período de 02 de outubro a 31 de outubro de 2025, por não existir geração de riqueza a ser adicionada e nem resultado abrangente.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria da Companhia em 30 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas de forma contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são revisadas.

2.4 Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o valor adicionado gerado pela Companhia, bem como a sua distribuição durante o exercício. É apresentada com base nas orientações do CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado e para fins da IAS 34, embora requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, apenas, às companhias abertas.

Em sua primeira parte, a DVA apresenta a riqueza criada pela entidade, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos e liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização), e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

Em 31 de dezembro de 2025 a empresa, não apresentou riqueza a ser distribuída.

3 Resumo das principais políticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Empresa para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

3.2 Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo circulante.

3.3 Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência do período.

As receitas, despesas e custos incluem os rendimentos, os encargos e as variações monetárias que foram calculados com base em índices ou taxas oficiais e que incidem sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. Quando aplicável, incluem os ajustes de valor de mercado e/ou de realização.

O ágio e o deságio apurados na compra dos recebíveis são apropriados ao resultado do exercício da operação de acordo com o fluxo de recebimento dos recebíveis.

3.4 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de caixa e equivalente de caixa estava assim distribuído.

	<u>31/12/2025</u>
Banco BMP	7.959
Itaú S.A.	1.500
Banco do Brasil	100
	<u>9.559</u>

5 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de contas correntes com pessoas ligadas refere-se a recursos aportados pelos sócios e por empresas coligadas, destinados ao financiamento de despesas iniciais da Companhia, que se encontra em fase pré-operacional, em conformidade com o CPC 05 / CPC PME – Seção 33.

O montante total de R\$ 150.621 encontra-se registrado no passivo não circulante, uma vez que não há prazo ou exigibilidade definidos para sua liquidação até a data-base das demonstrações contábeis.

6 Capital social

	Quantidade		R\$	
	Subscritas	Integralizadas	Subscritas	Integralizadas
FUSCALDO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS LTDA	900	90	900	99
ANDRE LUIZ HAAS CARUSO	100	10	100	1
TOTAL	1000	100	1000	100

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

7 Continuidade Operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava patrimônio líquido negativo e dependência de recursos de partes relacionadas para liquidar suas obrigações. Embora ainda não tenha iniciado suas atividades operacionais, a empresa já incorre em despesas administrativas e de estruturação.

A continuidade das operações depende da manutenção do suporte financeiro dos sócios até que a Companhia passe a gerar receitas suficientes para cobrir seus custos. A Administração manifesta sua intenção de manter esse suporte, razão pela qual as demonstrações foram elaboradas com base no pressuposto da continuidade operacional.

8 Eventos subsequentes

A Administração avaliou os eventos ocorridos após a data-base das demonstrações financeiras, em conformidade com o disposto no CPC 24 – Evento Subsequente, e constatou que não houve quaisquer eventos subsequentes que representassem condições existentes na data do balanço ou que configurassem fatos relevantes capazes de exigir ajustes aos valores reconhecidos ou divulgação adicional nas presentes demonstrações contábeis.

Assim, até a data de autorização para emissão destas demonstrações, não foram identificados eventos que alterem a posição patrimonial, financeira ou o desempenho da entidade, permanecendo inalteradas as informações apresentadas.

HAROLDO
MONTEIRO DA
SILVA
FILHO:70469032715

Assinado de forma digital
por HAROLDO MONTEIRO
DA SILVA
FILHO:70469032715
Dados: 2026.03.31 11:48:45
-03'00'

Haroldo Monteiro da Silva Filho
Diretor
CPF: 704.690.327-15



Ronaldo Borges Andrade
Contador
CRC – 1RJ 051927/O-8